

Alto Sertão Participações S.A. e Controladas

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

ÍNDICE

BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
1. INFORMAÇÕES GERAIS	12
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO	20
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (CONSOLIDADO)	21
5. TRIBUTOS A RECUPERAR (CONSOLIDADO).....	21
6. INVESTIMENTOS	21
7. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)	22
8. FORNECEDORES (CONSOLIDADO).....	23
9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	23
10. TRIBUTOS A RECOLHER (CONSOLIDADO)	24
11. CONTAS A PAGAR - CCEE (CONSOLIDADO).....	24
12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	25
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
14. RECEITA LÍQUIDA (CONSOLIDADA)	26
15. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)	27
16. RESULTADO FINANCEIRO	28
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	28
19. COBERTURA DE SEGUROS.....	31
20. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	32
21. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	32

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Alto Sertão Participações S.A. e Controladas
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alto Sertão Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Alto Sertão Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que, em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 17.364 mil e R\$ 1.043.855 mil, respectivamente, na controladora e no consolidado, e, nessa data, a Companhia apresentou prejuízos acumulados, na controladora e no consolidado, de R\$ 853.807 mil. Além disto, a Companhia depende da obtenção de recursos para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares, bem como para liquidar suas obrigações de curto prazo. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia e de suas controladas, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificações de valores de ativos, ou mesmo quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e/ou de suas controladas continuarem operando. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alto Sertão Participações S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas originalmente antes das reclassificações, descritas na nota explicativa 2.3, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 12 de maio de 2017, com opinião sem modificação e contendo a mesma ênfase decorrente de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia.

Como parte da nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017, examinamos as reclassificações nos valores correspondentes no balanço patrimonial e nas respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, em nossa opinião, tais reclassificações foram efetuadas, em todos os aspectos relevantes, de forma apropriada. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as mesmas tomadas em conjunto.

Aprovação das demonstrações financeiras e destinações de lucros do exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alto Sertão Participações S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 bem como as destinações do resultado daquele exercício, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como as destinações do resultado daquele exercício, foram aprovadas pela Administração em 12 de maio de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 05 de outubro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2S P015.199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Shirley Nara S. Silva', is written over the printed name.

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais – R\$)**

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
					(reclassificado)						
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	85	328	-	-	Fornecedores	8	109.478	206.762	103	49
Tributos a recuperar	5	1.148	1.249	-	-	Empréstimos e financiamentos	9	903.048	815.150	17.262	14.571
Adiantamentos a fornecedores		210	-	-	-	Tributos a recolher	10	11.977	1.353	-	-
Despesas antecipadas		286	67	-	-	Contas a pagar - CCEE	11	18.136	12.695	-	-
Outros créditos		84	70	-	-	Partes relacionadas	12	1.410	9.073	-	-
Total do ativo circulante		<u>1.813</u>	<u>1.714</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	Outras contas a pagar		<u>1.620</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
						Total do passivo circulante		<u>1.045.669</u>	<u>1.045.033</u>	<u>17.365</u>	<u>14.620</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	12	-	-	37.426	55.797	Fornecedores	8	9.009	26.461	-	-
Investimentos	6	-	-	402.536	805.265	Contas a pagar - CCEE	11	522	522	-	-
Imobilizado	7	<u>1.475.984</u>	<u>1.918.126</u>	<u>-</u>	<u>1.382</u>	Partes relacionadas	12	<u>37.426</u>	<u>57.643</u>	<u>37.426</u>	<u>57.643</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.475.984</u>	<u>1.918.126</u>	<u>439.962</u>	<u>862.444</u>	Total do passivo não circulante		<u>46.957</u>	<u>84.626</u>	<u>37.426</u>	<u>57.643</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	13	1.238.978	1.065.592	1.238.978	1.065.592
						Prejuízos acumulados		<u>(853.807)</u>	<u>(275.411)</u>	<u>(853.807)</u>	<u>(275.411)</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>385.171</u>	<u>790.181</u>	<u>385.171</u>	<u>790.181</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.477.797</u></u>	<u><u>1.919.840</u></u>	<u><u>439.962</u></u>	<u><u>862.444</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.477.797</u></u>	<u><u>1.919.840</u></u>	<u><u>439.962</u></u>	<u><u>862.444</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA LÍQUIDA	14	5.225	-	-	-
Custo de operação	15	(6.811)	-	-	-
PREJUÍZO BRUTO		<u>(1.586)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(12.527)	(3.834)	(53)	(50)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	7, 15	(442.319)	(217.723)	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas		<u>36.466</u>	<u>(15.544)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	15	(418.380)	(237.101)	(53)	(50)
Resultado de equivalência patrimonial	6	-	-	(575.651)	(266.430)
Total		<u>(418.380)</u>	<u>(237.101)</u>	<u>(575.704)</u>	<u>(266.480)</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(419.966)</u>	<u>(237.101)</u>	<u>(575.704)</u>	<u>(266.480)</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		1.912	-	-	-
Despesas financeiras		<u>(154.401)</u>	<u>(29.499)</u>	<u>(2.692)</u>	<u>(120)</u>
Total	16	(152.489)	(29.499)	(2.692)	(120)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(572.455)</u>	<u>(266.600)</u>	<u>(578.396)</u>	<u>(266.600)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	17	(5.941)	-	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(578.396)</u>	<u>(266.600)</u>	<u>(578.396)</u>	<u>(266.600)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (expresso em reais - R\$)	13.3			(0,54)	(0,57)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais – R\$)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício	(578.396)	(266.600)	(578.396)	(266.600)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(578.396)</u>	<u>(266.600)</u>	<u>(578.396)</u>	<u>(266.600)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Capital a integralizar	Subtotal	Prejuízos acumulados	Recursos para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido da controladora e consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		12.164	-	12.164	(8.811)	524.613	527.966
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital		524.613	-	524.613	-	(524.613)	-
Aumento de capital		528.815	-	528.815	-	-	528.815
Prejuízo do exercício		-	-	-	(266.600)	-	(266.600)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		1.065.592	-	1.065.592	(275.411)	-	790.181
Aumento de capital	13.2	282.485	(109.099)	173.386	-	-	173.386
Prejuízo do exercício		-	-	-	(578.396)	-	(578.396)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	13	<u>1.348.077</u>	<u>(109.099)</u>	<u>1.238.978</u>	<u>(853.807)</u>	<u>-</u>	<u>385.171</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(578.396)	(266.600)	(578.396)	(266.600)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	7, 15	442.319	217.723	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	7	251	-	-	-
Multa sobre ressarcimento	11.1, 15	16.628	12.309	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9.1, 16	87.898	-	2.691	-
Juros sobre contas a pagar		19.303	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	6	-	-	575.651	266.430
Perdão da dívida	1	(66.292)	-	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Tributos a recuperar		101	(404)	-	-
Adiantamento a fornecedor		(210)	-	-	-
Despesas antecipadas		(219)	305	-	-
Outros créditos		(14)	(70)	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(44.176)	-	54	47
Tributos a recolher		10.624	(1.641)	-	-
Outras contas a pagar		1.620	-	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	9.1	-	(2.354)	-	(2.354)
Pagamento multa sobre ressarcimento	11.1	(11.187)	(1.706)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(121.750)</u>	<u>(42.438)</u>	<u>-</u>	<u>(2.477)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em investidas	6.1, 20	-	-	(89.249)	-
Aquisição de imobilizado	7, 20	(6.835)	(116.212)	-	-
Pagamento de imobilizado adquirido em anos anteriores		(3.120)	(88.066)	-	-
Partes relacionadas		-	-	(37.426)	(70.813)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(9.955)</u>	<u>(204.278)</u>	<u>(126.675)</u>	<u>(70.813)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital	13.2	89.249	16.647	89.249	16.647
Pagamentos de empréstimos	9.1	-	(1.000)	-	(1.000)
Valores recebidos de financiamentos	9.1	-	163.963	-	-
Partes relacionadas		42.213	66.716	37.426	57.643
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>131.462</u>	<u>246.326</u>	<u>126.675</u>	<u>73.290</u>
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(243)</u>	<u>(390)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	328	718	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	85	328	-	-
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(243)</u>	<u>(390)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Alto Sertão Participações S.A. ("Alto Sertão", "Companhia" ou "Controladora"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior, 999, 15º andar, foi constituída em 1º de setembro 2014, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

Conforme nota explicativa 13, a Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. ("Renova Energia"), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou prejuízo de R\$578.396 e possui prejuízos acumulados de R\$853.807, bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$17.364 (Controladora) e R\$1.043.855 (Consolidado) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos para conclusão da obra do Complexo Eólico Alto Sertão III.

Os principais motivos para esse cenário são: i) investimentos relevantes na construção dos parques, ii) não liberação do financiamento de longo prazo com o BNDES e iii) durante o exercício a Companhia reconheceu provisão para *impairment* de ativo imobilizado em curso, no montante de R\$442.319 (nota 7).

Diante deste cenário, a Companhia vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, conforme segue:

- (1) Otimização do portfólio de contratos com a) cancelamento permanente de 10,2 MWm do projeto LEN 2012, no âmbito do MCS D A4+; b) cessão de 15 MWm para a Engie Brasil Energia S.A. ("Engie"), a partir de 1º de julho de 2019, referente ao PPA do Mercado livre III, reduzindo assim a necessidade de Capex no médio prazo e a exposição de comercialização.
- (2) Em 24 de novembro de 2017, em cumprimento das condições previstas na cláusula 2.3 do contrato de confissão de dívida assinado em 18 de agosto de 2017, entre as controladas e a GE Energias Renováveis Ltda. ("GE"), a Companhia obteve o perdão da dívida junto a GE, no valor de R\$66.292.
- (3) Contratação de financiamento de longo prazo com o BNDES - a Companhia continua negociando a assinatura do contrato de financiamento de longo prazo, no montante aproximado de R\$900.000 que irá substituir o empréstimo-ponte tomado e registrado no passivo circulante até 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$885.786 (principal e encargos), e o restante será utilizado para conclusão das obras. Uma vez que o longo prazo seja contratado parte do passivo circulante será reclassificado para o não circulante. Até o momento, já foram investidos o montante de R\$2,1 bilhões, que corresponde a 87%(*) da compleição física da obra, sem que houvesse liberação de financiamento de longo prazo do BNDES.
- (4) Possibilidade de venda do Complexo Eólico Alto Sertão III para novo investidor (nota 21.2).

Os acionistas continuam empenhados em suportar financeiramente para que a Companhia alcance o equilíbrio de liquidez.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

A Administração entende que, com sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

Atualmente, a Companhia participa nas seguintes controladas:

Eólico	Consolidação	% Participação			
		31/12/2017		31/12/2016	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Diamantina Eólica Participações S.A.	Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99

A controlada Diamantina Eólica Participações S.A. ("Diamantina"), é sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica, e está sediada no Estado de São Paulo.

As demais companhias são sociedades de propósito específico, que tem como objeto social, implantar, operar, explorar bem como comercializar a energia elétrica proveniente de parques eólicos, localizados no Estado da Bahia.

1.1. Das autorizações

1.1.1. Mercado Regulado (ACR)

Companhias	Ref. Contrato	Portaria MME	Data da portaria	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
Centrais Eólicas São Salvador S.A. ⁽¹⁾	LEN 06/2012 (A-5)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A.	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW

* Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Nota (1): potência instalada alterada, conforme Despacho 1.814, de 7 de julho de 2016. O contrato de venda de energia do LEN 06/2012 (A-5) foi cancelado conforme nota explicativa 1, porém a autorização continua vigente.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

1.1.2. Mercado Livre (ACL)

<u>Companhias</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Amescla S.A.	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A.	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A.	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A.	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	ACL (Light I)	5096	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	21,90 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A.	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	ACL (Mercado livre III)	5125	01/04/2015	30 anos	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.	ACL (Mercado livre III)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW

* Informações não examinadas pelos auditores independentes.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

1.2. Comercialização de energia:

1.2.1 Mercado Regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valor original do Contrato	Valores			Prazo			
				Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	137,02	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	148,09	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	144,97	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha de Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	134,94	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	135,96	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Cerrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	135,45	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	138,05	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	136,50	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	137,48	set/15	ago/35	IPCA	setembro

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos que comercializaram energia no LER 2013 deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2015, contudo estão atrasados e com previsão de entrada em operação condicionada a entrada de recursos financeiros, prevista para ocorrer até o segundo semestre de 2018. Conforme contrato, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide nota 11).

1.2.2. Mercado Livre (ACL)

As demais controladas indiretas possuem contratos no mercado livre que totalizam 115,2 MW médio(*) de energia contratada conforme quadro abaixo:

Projetos	Fonte	Energia Vendida (MW médio*)
Light I	Eólica	100,2
Mercado livre III	Eólica	15,0
		<u>115,2</u>

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Esses contratos foram comercializados no Mercado Livre pela parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. ("Renova Comercializadora"), controlada direta da Renova Energia S.A. e tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas. Como esses 14 parques ainda não estão em operação, a Renova Comercializadora está comprando energia no mercado para honrar os compromissos assumidos nos contratos.

A partir de julho de 2019, o PPA do Mercado Livre III será cedido para a Engie, conforme negociação realizada pela Renova Energia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 05 de outubro de 2018.

2.3. Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", procedeu às seguintes reclassificações, conforme demonstrado a seguir.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

2.3.1. Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016

		Controladora		
		Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
NÃO CIRCULANTE				
Partes relacionadas	(a)	72.572	(16.775)	55.797
Investimentos	(a)	788.490	16.775	805.265
Imobilizado		1.382	-	1.382
Total do ativo não circulante		862.444	-	862.444
TOTAL DO ATIVO		862.444	-	862.444
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		862.444	-	862.444

- (a) Reclassificação de saldos de partes relacionadas, relacionados a aumento de capital na controlada, registrado incorretamente.

2.4. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.4.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o caixa e equivalentes está classificado nesta categoria.

b) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. A Companhia possui classificado nesta categoria para 31 de dezembro de 2017:

- Transações com partes relacionadas (nota 12).

c) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais

passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 8);
- Financiamentos (nota 9); e
- Contas a pagar – CCEE (nota 11).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.4.2 Ativo imobilizado

2.4.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.4.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.4.3 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.4.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as

incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4.5 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.5. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir

2.5.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.6 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1º de janeiro de 2017.

a) Em vigor a partir de janeiro de 2017:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Alterações ao CPC 32 – Impostos sobre receitas	Esclarece o reconhecimento de impostos diferidos sobre a renda para perdas não realizadas em determinadas circunstâncias.
Alterações ao CPC 03 – Fluxo de Caixa	Melhorias quanto a avaliação de passivos que devem ser refletidos em atividades de financiamento.
Alterações ao CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades	Ciclos de melhorias anuais 2015 – 2

A aplicação dessas melhorias não resultou em impactos nas divulgações ou nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
CPC 48 – Instrumentos financeiros	inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge.
CPC 47 – Receita de contratos com clientes	estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes.

A Companhia avaliou e entende que não há impactos significativos em seu balanço e/ou resultado financeiro na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48, nem no reconhecimento das receitas exigidas pelo CPC 47.

c) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

CPC 06 (R2) foi emitido em janeiro de 2016, e estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

Embora ainda esteja avaliando, a Companhia entende que essa alteração poderá trazer impacto significativo nas suas operações, uma vez que possui contrato de arrendamento referente aos terrenos onde são instalados os parques eólicos de suas controladas.

3 PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas; e
- eliminação dos saldos de receitas e despesas financeiras entre companhias consolidadas.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	16	3
Bancos conta movimento	69	325
Total	<u>85</u>	<u>328</u>

5 TRIBUTOS A RECUPERAR (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRRF a compensar	12	1.247
Saldo a compensar IRPJ	1.095	-
Outros tributos a recuperar	41	2
Total	<u>1.148</u>	<u>1.249</u>

6 INVESTIMENTOS

	<u>Diamantina Eólica Participações S.A.</u>			
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Prejuízo do exercício</u>
31 de dezembro de 2017	1.477.797	1.075.261	402.536	(575.651)
31 de dezembro de 2016 (reclassificado)	1.918.457	1.113.192	805.265	(266.430)

6.1 Movimentação do investimento

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2017</u>
Diamantina	3.659	1.068.036	(266.430)	805.265 (reclassificado)	172.922	(575.651)	402.536

7 IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reclassificações entre rubricas(*)</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2017</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	116.368	192.853	309.221	22.591	54	-	331.866
Terrenos	7.908	27	7.935	400	-	-	8.335
Edificações, obras civis e benfeitorias	208.652	13.738	222.390	1.733	(3)	-	224.120
Torres de medição	2.634	16	2.650	37	-	-	2.687
Aerogeradores	485.881	320.373	806.254	25.599	456.697	(251)	1.288.299
Equipamentos de subestação	227.449	13.438	240.887	33.366	6.310	-	280.563
Adiantamentos a fornecedores	309.329	237.183	546.512	-	(546.356)	-	156
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	(217.723)	(217.723)	(442.319)	-	-	(660.042)
Total do imobilizado	<u>1.358.221</u>	<u>559.905</u>	<u>1.918.126</u>	<u>(358.593)</u>	<u>(83.298)</u>	<u>(251)</u>	<u>1.475.984</u>

(*) Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

Os investimentos incorridos referem-se basicamente a compra de aerogeradores, obras civis, subestações e gastos diversos.

A Renova Energia possuía adiantamento de fornecedor no valor de R\$109.098 que com o cancelamento de projetos existentes, o referido crédito de adiantamento realizado em favor do fornecedor GE no âmbito desse projeto, foi cedido às controladas da Companhia para quitação de dívida com esse fornecedor.

A rubrica de valores a ratear refere-se principalmente a gastos com a implantação das usinas e juros capitalizados os quais foram alocados às respectivas subsidiárias através de aporte. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve juros capitalizados (R\$104.838, em 2016).

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado e reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$442.319 (2016, R\$217.723) nos parques eólicos a qual foi registrada no resultado do exercício. A perda relacionada a esses ativos foi calculada substancialmente com base nas premissas financeiras e comerciais presentes na transação de venda que estava sendo negociada pela controladora Renova Energia (vide nota 21.2).

8 FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante	109.478	206.762
Não circulante	9.009	26.461
Total	<u>118.487</u>	<u>233.223</u>

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2017 referem-se, principalmente, a valores a pagar a fornecedores de equipamentos e materiais para a construção dos parques eólicos. Inclui também negociação com fornecedores segregados entre circulante e não circulante, conforme cronograma definido em contrato, bem como os encargos financeiros quando aplicável. E ainda valores a pagar a parte relacionada no montante de R\$786.

9 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Consolidado					
		<u>31/12/2017</u>			<u>31/12/2016</u>		
		Circulante			Circulante		
Custo da Dívida		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
BNDES - Ponte I ^(a)							
Subcrédito "A"	TJLP + 9% a.a.	1.242	199.341	200.583	2.298	171.325	173.623
Subcrédito "B"	TJLP + 2,5% a.a.	1.666	458.812	460.478	4.256	415.140	419.396
Subcrédito "C"	TJ6 + 8,24% a.a.	60.762	163.963	224.725	21.710	185.850	207.560
Banco Modal ^(b)	100% CDI + 6%	2.262	15.000	17.262	-	14.571	14.571
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		<u>65.932</u>	<u>837.116</u>	<u>903.048</u>	<u>28.264</u>	<u>786.886</u>	<u>815.150</u>

		Controladora					
		<u>31/12/2017</u>			<u>31/12/2016</u>		
		Circulante			Circulante		
Custo da Dívida		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Banco Modal ^(b)	100% CDI + 6%	2.262	15.000	17.262	-	14.571	14.571

a) BNDES (Empréstimo-ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e Subcrédito "B" no valor de R\$560.000, para os parques de LEN 2012 (A-5), LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito "B" com a criação do subcrédito "C" no valor de R\$163.963. Conforme aditivos do contrato, os empréstimos pontes deverão ser quitados em 15 de julho de 2018 ou na data de desembolso do financiamento de longo prazo do BNDES (vide nota 21.1).

São garantias do financiamento o penhor da totalidade das ações da Companhia, ações da controlada Diamantina Eólica e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato. O penhor das máquinas e equipamentos, dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, cartas fianças e a cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre e no ambiente regulado.

b) Banco Modal (CCB)

Em 10 de novembro de 2015, foi assinado uma cédula de crédito bancário entre a Companhia e o Banco Modal no valor de R\$15.000, com vencimento em 15 de agosto de 2018, acrescida de 100% do CDI somada a uma taxa pré-fixada de 6% a.a. Essa operação tem a Renova Energia e a Diamantina Eólica como avalistas.

9.1. Movimentação

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	543.731	5.755	549.486	15.000	148	15.148
Empréstimos e financiamentos obtidos	163.963	-	163.963	-	-	-
Encargos financeiros pagos	-	(2.354)	(2.354)	-	(2.354)	(2.354)
Encargos financeiros capitalizados	-	104.838	104.838	-	2.777	2.777
Amortização de empréstimos e financiamento	(1.000)	-	(1.000)	(1.000)	-	(1.000)
Incorporação de encargos ao principal	79.975	(79.975)	-	571	(571)	-
Apropriação dos custos de captação - capitalizado	217	-	217	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	786.886	28.264	815.150	14.571	-	14.571
Encargos financeiros provisionados	-	87.898	87.898	-	2.691	2.691
Incorporação de encargos ao principal	50.230	(50.230)	-	429	(429)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	837.116	65.932	903.048	15.000	2.262	17.262

10 TRIBUTOS A RECOLHER (CONSOLIDADO)

	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ a pagar	4.326	-
CSLL a pagar	1.615	-
COFINS a recolher	3.794	-
PIS a recolher	823	-
Tributos retidos de terceiros	1.384	1.164
Outros impostos a recolher	35	189
Total	11.977	1.353

Os saldos dos tributos a pagar aumentaram em função do reconhecimento do perdão de dívida mencionado nas notas 1 e 15.

11 CONTAS A PAGAR – CCEE (CONSOLIDADO)

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	18.136	12.695
Não Circulante	522	522
Total	18.658	13.217

Os contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso no referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.

11.1 Movimentação

<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Multa sobre</u> <u>ressarcimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Multa sobre</u> <u>ressarcimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>
2.614	12.309	(1.706)	13.217	16.628	(11.187)	18.658

12 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital^(a)</u>				
Diamantina Eólica Participações S.A.	37.426	55.797	-	-
Renova Energia S.A.	-	-	37.426	57.643
	<u>37.426</u>	<u>55.797</u>	<u>37.426</u>	<u>57.643</u>

	Consolidado			
	Passivo		Resultado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Renova Energia S.A.</u>				
Adiantamento para futuro aumento de capital ^(a)	37.426	57.643	-	-
Rateio de despesa ^(b)	1.410	9.073	(4.787)	(1.322)
	<u>38.836</u>	<u>66.716</u>	<u>(4.787)</u>	<u>(1.322)</u>

Os saldos das transações com partes relacionadas referem-se a: a) aportes realizados pela Companhia em sua controlada e recebido da sua controladora Renova Energia S.A., e b) reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia. O saldo de adiantamento para futuro aumento de capital foi integralizado em 30 de abril de 2018.

Apresentamos a seguir as demais operações com partes relacionadas indiretas ocorridas no exercício:

	Consolidado		
	Fornecedor	Receita	Custo
	<u>(nota 8)</u>		
Renova Comercializadora - CE São Salvador S.A.	786	3.125	(4.766)

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.238.978 (2016 - R\$1.065.592) e está representado por 1.238.977.899 (2016, 1.065.591.845) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

13.2 Aumento de capital

Em 8 de dezembro 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou aumento de capital na Companhia no valor de R\$282.485, mediante a emissão de 282.484.558 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Nesta mesma data, o montante de R\$ 173.386 foi integralizado com: (i) aporte de capital em moeda corrente pela acionista no montante de R\$ 89.249, (ii) capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$ 57.643; e (iii) créditos detidos pela acionista contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$ 26.494. O saldo remanescente de R\$ 109.099 será integralizado por meio de crédito a ser detido, via cessão, pela Diamantina contra a Alstom Energias Renováveis Ltda. em decorrência da futura redução de capital da parte relacionada Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A., controlada pela Renova Energia.

13.3 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício	(578.396)	(266.600)
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	1.076.518	469.801
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,54)</u>	<u>(0,57)</u>

14 RECEITA LÍQUIDA (CONSOLIDADA)

	<u>31/12/2017</u>
Outras receitas	
Operações - comercialização de energia elétrica	5.757
(-) Impostos s/ receita (PIS/COFINS)	<u>(532)</u>
Total	<u>5.225</u>

Receita relacionada ao fornecimento de energia prevista no contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR por disponibilidade (LEN 2012 (A-5)) firmado entre a Centrais Eólicas São Salvador S.A. e determinadas distribuidoras, durante o primeiro trimestre de 2017. Esse contrato foi cancelado no âmbito do MCS D A4+ (nota 1).

15 CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2017		31/12/2016	31/12/2017		31/12/2016
Custo dos serviços	Despesas	Total	Despesas	Despesas	Despesas	
<u>Gerais e administrativas</u>						
Pessoal e administradores	-	4.719	4.719	613	-	-
Serviços de terceiros	-	1.854	1.854	2.099	52	48
Penalidades contratuais e regulatórias ⁽³⁾	-	1.620	1.620	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	-	313	313	-	-	-
Viagens	-	189	189	198	-	-
Telefonia e TI	-	252	252	217	-	-
Material de uso e consumo	-	103	103	83	-	-
Compra de energia ⁽¹⁾	6.811	-	6.811	-	-	-
Impostos e taxas	-	3.477	3.477	624	1	2
	6.811	12.527	19.338	3.834	53	50
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 7)	-	442.319	442.319	217.723	-	-
<u>Outras (receitas) despesas líquidas</u>						
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão	-	8.589	8.589	3.252	-	-
Multa sobre ressarcimento (nota 11)	-	16.628	16.628	12.309	-	-
Perdão de dívida com fornecedor ⁽²⁾	-	(61.133)	(61.133)	-	-	-
Outras	-	(550)	(550)	(17)	-	-
	-	(36.466)	(36.466)	15.544	-	-
Total	6.811	418.380	425.191	237.101	53	50

- (1) Refere-se a: a) aquisição de energia para revenda para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia do parque em atraso na sua operação comercial; e b) aquisição de energia através de exposição na CCEE, ambas realizadas pela controlada Centrais Eólicas São Salvador S.A.
- (2) Perdão de dívida concedido pela GE a determinadas controladas da Companhia, nos termos do item 2.3 do instrumento particular de confissão de dívida assinado em 18 de agosto de 2017 (nota 1), líquido de PIS e COFINS.
- (3) Refere-se a penalidade aplicada pela ANEEL em decorrência da solicitação de cancelamento da outorga da controlada Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.

16 RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				
Atualização monetária	1.478	-	-	-
Descontos obtidos	434	-	-	-
Total das receitas financeiras	<u>1.912</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras				
Encargos da dívida (nota 9.1)	(87.898)	-	(2.691)	-
Juros	(38.889)	(27.818)	(1)	-
Fiança bancária (nota 9.a)	(18.587)	-	-	-
IOF	(220)	(1.524)	-	(40)
Outras despesas financeiras	(8.807)	(157)	-	(80)
Total das despesas financeiras	<u>(154.401)</u>	<u>(29.499)</u>	<u>(2.692)</u>	<u>(120)</u>
Total	<u>(152.489)</u>	<u>(29.499)</u>	<u>(2.692)</u>	<u>(120)</u>

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(572.455)	(266.600)	(578.396)	(266.600)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	194.635	90.644	196.655	90.644
<u>Adições permanentes</u>				
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	(195.721)	(90.586)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	(60.079)	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(188.694)	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa		(30.565)	(934)	(58)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>5.941</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A Controladora não apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Controladora possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram registrados tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo fiscal do exercício	(2.745)	(170)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(476)	(306)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(3.221)</u>	<u>(476)</u>

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladoras mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado				Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros ao custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Outros ao custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Outros ao custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Outros ao custo amortizado
Ativos financeiros								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	85	-	328	-	-	-	-	-
Não circulante								
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	37.426	-	55.797
Passivos financeiros								
Circulante								
Fornecedores	-	109.478	-	206.762	-	103	-	49
Empréstimos e financiamentos	-	903.048	-	815.150	-	17.262	-	14.571
Partes relacionadas	-	1.410	-	9.073	-	-	-	-
Não circulante								
Fornecedores	-	9.009	-	26.461	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	37.426	-	57.643	-	37.426	-	57.643

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

O financiamento captado pela Diamantina, controlada da Companhia, apresentado na nota explicativa 9 possuem como contrapartes o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada possuía um risco de mercado associado à TJLP, TJ6 e ao CDI.

d) Análise de sensibilidade

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e de suas controladoras à variação de 10% da exposição às taxas de rendimentos e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2017. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas. A análise de sensibilidade inclui as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos com o BNDES e Banco Modal com taxas pós-fixadas.

A análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estará em aberto durante todo o exercício seguinte. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio líquido.

<u>Passivo financeiro</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto no resultado e patrimônio</u>
Financiamentos		
BNDES (Subcrédito "A" e "B")	Alta da TJLP	(2.810)
BNDES (Subcrédito "C")	Alta da TJ6	(1.503)
Empréstimo Modal	CDI	(100)
		<u>(4.413)</u>

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira das companhias em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

detalhamento sobre os financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota 9.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo relevante e a Administração detalhou seus planos na nota 1. A Administração entende que, com o sucesso das medidas mencionadas na nota 1, será possível retomar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (consolidado):

<u>Instrumentos a taxa de juros</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	<u>903.048</u>

f) Gestão de capital (consolidado)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida de empréstimos e financiamentos	903.048	815.150
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(85)</u>	<u>(328)</u>
Dívida líquida	902.963	814.822
Patrimônio líquido	385.171	790.181
Índice de alavancagem financeira - %	234,43%	103,12%

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

19 COBERTURA DE SEGUROS

Os quadros a seguir apresentam os principais valores em risco com coberturas de seguros:

<u>Objeto da Garantia</u>	<u>Importância Segurada</u>	<u>Vigência</u>	
		<u>Início</u>	<u>Fim</u>
Garantia executante construtor (LEN 2012 (A-5))	R\$ 1.887	07/03/2013	08/09/2018
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 21.817	05/12/2013	15/03/2018
Garantia executante construtor (ACL)	R\$ 93.048	19/09/2014	31/01/2020

20 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2017 e de 2016, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	7	62.847	44.193	-	-
Aumento de capital em controladas com ativo imobilizado	6.1, 7	14.044	512.168	1.382	1.775
Aporte de capital com participação em investidas	6.1, 13.2	26.494	-	26.494	512.168
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	6.1	-	-	55.797	537.318
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital	13.2	57.643	-	57.643	-
Encargos financeiros capitalizados	7	-	104.838	-	2.777
Custo de captação de empréstimos e financiamentos capitalizados	7	-	217	-	-

21 EVENTOS SUBSEQUENTES

21.1 Prorrogação do empréstimo BNDES (ponte)

Em 31 de janeiro de 2018, a Companhia assinou o 8º aditivo ao contrato de financiamento celebrado entre o BNDES e a controlada Diamantina Eólica, alterando a data de vencimento da parcela única de amortização para 15 de julho de 2018. Também, a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") foi substituída pela Taxa de Longo Prazo ("TLP") para os Subcréditos "A" e "B".

Em 31 de julho de 2018, a Companhia assinou o 9º aditivo ao contrato de financiamento celebrado entre o BNDES e a controlada Diamantina Eólica, prorrogando novamente a data de vencimento da parcela única de amortização para 15 de janeiro de 2019, alterando a taxa de juros do Subcrédito "C" de 8,24% a.a. para 8,28% a.a. e incluindo as seguintes cláusulas principais:

- formalização da obrigação de liquidação antecipada parcial da dívida dos subcréditos "A" e "C", no valor global de até R\$60.000, em função da recomposição da exposição original entre o BNDES e os bancos fiadores do projeto;
- apresentação até 15 de agosto de 2018, de novas cartas de fiança com validade mínima até 15 de março de 2019;
- constituição de garantias adicionais.

21.2 Negociação de venda da Companhia

Conforme divulgado no fato relevante de 17 de julho de 2018, a Companhia recebeu propostas não vinculantes para aquisição desse projeto de diversos investidores, que estão em processo de *due diligence*.

* * *

Cristiano Corrêa de Barros
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA